



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 25 de Novembro de 2019
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1775



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDAÇÃO

PROPS n. MPMG-0431.19.000059-3

EMENTA: Processo de escolha unificado de Conselheiros Tutelares. Capacitação de membros escolhidos no processo unificado de 2019. Responsabilidade do Município.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, com fundamento no art. 201, §5º, "c" e art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93 e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da CF).

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF).

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão responsável pela tutela dos interesses indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos relativos à infância e à adolescência, na forma do art. 201, V e VIII do ECA.

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 201, §5º, "c", do ECA, compete ao Ministério Público efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.

(assinatura)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que a política de atendimento à criança e ao adolescente se baseia no Princípio da Municipalização, insculpido no art. 88, I, do Estatuto, vez que os Municípios são diretamente responsáveis pela sua efetivação.

CONSIDERANDO que o ECA, nos seus artigos 132 e 134, p. único, aponta que o Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública municipal, que deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao seu adequado e ininterrupto funcionamento, cabendo, ainda, ao Município, a formação continuada dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 134. Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

CONSIDERANDO que o art. 4º, da Res. nº 170/CONANDA expressamente disciplina

que a lei orçamentária municipal deve prever, preferencialmente, dotação específica dos recursos necessários para formação continuada dos conselheiros tutelares.

CONSIDERANDO que o art. 7º, §1º, "e", da Res. nº 170/CONANDA estabelece que o edital do processo de escolha de conselheiros tutelares deve prever formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

CONSIDERANDO que as decisões do CMDCA vinculam as ações governamentais, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular, da prioridade absoluta do atendimento à criança e ao adolescente e da prevalência do interesse superior da criança e do adolescente, conforme disciplinado no art. 2º, §§2º e 3º, da Res. nº 105/CONANDA e no art. 23, §1º, Res. nº 113/CONANDA.

Legitimidade do Ministério Público para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (STJ).

3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REsp 493.811/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/11/2003, DJ 15/03/2004, p. 236)

RECOMENDA ao Município de Monte Carmelo, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, que realize capacitação dos membros escolhidos como titulares e suplentes do Conselho Tutelar (mandato 2020/2023), preferencialmente antes da data da posse dos novos conselheiros (10/01/2020).

Nos termos do art. 27, parágrafo único, IV da Lei 8625/93, **REQUISITO**, no prazo de 10 (dez) dias, que o Município apresente a esta Promotoria comprovação da adoção da medida recomendada ou justifique as razões para não fazê-lo. **REQUISITO**, ainda, no mesmo prazo, ao Município, a divulgação desta recomendação nos meios de comunicação locais destinados à publicação dos atos oficiais.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para conhecimento.

Monte Carmelo, 19 de novembro de 2019.

(assinatura)
SHYMENE SILVA QUEIROZ
Promotora de Justiça



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003
MUNICÍPIO - MONTE CARMELO - MG

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00002, de 25 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Constatação e Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
NELDA SCHWERTNER	680.559.276-34	4861/00065/2019
NELDA SCHWERTNER	680.559.276-34	4861/00066/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	Matrícula: 00438968
Cargo: Especialista Tributário	Assinatura: 

Idalina M. A. Mendes Veloso
Matrícula: 00438968
Especialista Tributário

Data de afixação: 25/11/2019
Data de desafixação: 10/12/2019



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº 88/2019. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 05 de dezembro de 2019, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 88/2019, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos, Elétricos, Funilaria e Pintura, para Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos e Máquinas do Município de Monte Carmelo/MG, com reserva de itens para Participação Exclusiva de ME, EPP, MEI. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 20 de novembro de 2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 81/2019 – PROCESSO Nº 116/2019. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos e Retífica de Motores, para Manutenção de Veículos Leves e Pesados da Frota do Município de Monte Carmelo/MG, para Participação Exclusiva de ME, EPP e MEI. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 116/2019, modalidade Pregão SRP nº 81/2019 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Wilson Goulart de Lima EPP. **Data:** 30/10/2019. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 81/2019 – PROCESSO Nº 116/2019.** O Secretário Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 116/2019, modalidade Pregão SRP nº 81/2019 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Wilson Goulart de Lima EPP. **Data:** 01/11/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO PRESENCIAL SRP – Nº 81/2019. PROCESSO Nº 116/2019. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 163/2019: Wilson Goulart de Lima EPP; CNPJ: 17.462.286/0001-20. **Valor Global:** R\$ 187.498,25. **Data:** 01/11/2019. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda. Monte Carmelo, 01 de novembro de 2019.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato Do Primeiro Termo Aditivo Ao Contrato Nº 36/2019, Modalidade: Convite nº 02/2019, Processo nº 46/2019, Tipo: Menor Preço Global. Contratante: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Contratada:** SÉCULUS CONSTRUTORALTA, CNPJ: 03.698.525/0001-30. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, para Execução de Reforma da Escola Municipal Maria Leocádia Rosa do Bairro Jardim Oriente, Município de Monte Carmelo/MG. **Cláusula Primeira:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de 7,3390% do valor contratado, sendo o acréscimo no valor de R\$ 22.506,87. **Data:** 01/11/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br